informações fipe

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS

Nº 391 Abril / 2013

ISSN 1234-5678

análise de conjuntura

Agricultura
ANTONIO CARLOS LIMA NOGUEIRA
p. 3 Antonio Carlos Lima Nogueira analisa a *performance* recente da agricultura brasileira sob a ótica do VBP.

Emprego e Salários
VERA MARTINS DA SILVA
p. 6 Vera Marins da Silva analisa as recentes tendências do emprego.

temas de economia aplicada

Novas Regras de Partilha do FPE: Uma Reflexão
FABIANA ROCHA
p. 13 Para Fabiana Rocha, a questão das disparidades entre as unidades da Federação vai além das novas regras de partilha do Fundo de Participação dos Estados (FPE) em tramitação.

O Desenvolvimento Econômico dos SEANICS – Parte 1: Da Colonização ao Estado Desenvolvimentista
Cristina Fróes de Borja Reis
p. 17 Cristina Fróes de Borja Reis inicia, neste primeiro artigo, o estudo das economias da Indonésia, Malásia e Tailândia.

Delegando Ideais e Anseios Políticos
Iraci Del Nero da Costa
p. 26 Iraci Del Nero da Costa disserta sobre a inevitabilidade da decepção quanto a líderes políticos.

Liberdade, Mobilidade de Fatores e Economia Criativa na China: Contradições Contemporâneas
JULIO LUCCHESI MORAES
p. 28 Julio Lucchesi Moraes discute como a arte é afetada, na China, por restrições à liberdade individual.

As ideias e opiniões expostas nos artigos são de responsabilidade exclusiva dos autores, não refletindo a opinião da Fipe

Observatório do Emprego e do Trabalho

O Observatório do Emprego e do Trabalho oferece aos formuladores de políticas públicas um conjunto de ferramentas inovadoras para aprimorar as possibilidades de análise e de compreensão da evolução do mercado de trabalho.

O Observatório inova a análise do mercado de trabalho em dois aspectos importantes. Primeiro, utiliza um conjunto de indicadores novos, especialmente criados pelos pesquisadores da FIPE, os quais juntamente com indicadores mais conhecidos e tradicionais permitirão um acompanhamento mais detalhado do que ocorre no mercado de trabalho. Segundo, porque estes indicadores podem ser utilizados tanto para analisar o mercado como um todo, quanto para analisar aspectos desagregados do mercado como, por exemplo, uma ocupação ou um município. São indicadores poderosos, que oferecem uma visão de curto prazo e também podem formar uma série histórica. O conjunto de indicadores pode ser usado para acompanhar tanto as flutuações decorrentes das alterações conjunturais de curto prazo quanto as evoluções estruturais de longo prazo. Mensalmente é divulgado um Boletim que apresenta um resumo do que ocorreu no mercado de trabalho do Estado. As bases de dados que originam as informações divulgadas pelo Observatório são: a) CAGED (MTE); b) RAIS (MTE); c) PNAD (IBGE).

O Observatório do Emprego e do Trabalho foi desenvolvido e é mantido em conjunto pela Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho do Governo do Estado de São Paulo (SERT) e pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da USP (FIPE).

Para saber mais, acesse:

http://www.fipe.org.br/projetos/observatorio/

INFORMAÇÕES FIPE É UMA PUBLICAÇÃO MENSAL DE CONJUNTURA ECONÔMICA DA FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS – ISSN 1234-5678

Conselho Curador
Juarez A. Baldini Rizzieri (Presidente)
Denisard Cnéio de Oliveira Alves
Francisco Vidal Luna
Heron Carlos Esvael do Carmo
Joaquim José Martins Guilhoto
Miguel Colassuono
Simão Davi Silber

Diretoria

Diretor Presidente
Carlos Antonio Luque

Diretor de Pesquisa
Eduardo Haddad

Diretor de Cursos
Cicely M. Amaral

Pós-Graduação
Pedro Garcia Duarte

Secretaria Executiva
Domingos Pimentel Bortoletto

fipe
Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas

Conselho Editorial
Heron Carlos E. do Carmo
Lenina Pomeranz
Luiz Martins Lopes
José Paulo Z. Chahad
Maria Cristina Cacciamali
Maria Helena Pallares Zockun
Simão Davi Silber

Editora-Chefe
Fabiana F. Rocha

Preparação de Originais e Revisão
Alina Gasparello de Araujo

Produção Editorial
Sandra Vilas Boas

análise de conjuntura

Agricultura: O Valor da Produção Agrícola

Antonio Carlos Lima Nogueira (*)

Qual é a situação atual do valor bruto da produção (VBP) para as principais culturas no agronegócio brasileiro? O indicador é um dos principais determinantes para a rentabilidade do setor ao envolver as quantidades produzidas e os preços pagos ao produtor. Com ele é possível avaliar os resultados e aprimorar políticas públicas para o setor, além de orientar os agentes privados para os investimentos nas diversas cadeias produtivas. Este artigo tem por objetivo analisar as estimativas de março de 2013 calculadas pela Assessoria de Gestão Estratégica do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (AGE/MAPA). Pretende-se avaliar os dados agregados nos últimos anos e detalhados por cultura e região.

O VBP das principais culturas brasileiras deve atingir R$ 270,36 bilhões este ano, alta de 9,8% sobre o resultado de 2012, quando atingiu R$ 246,2 bilhões. Esse resultado confirma a tendência de crescimento consistente que se observa desde o ano de 2006, que apresentou o valor de R$ 156,6 bilhões. Observa-se uma estabilização entre 2008 e 2010 em torno de R$ 200 bilhões, com o início da crise financeira internacional e a consequente redução nos preços de commodities. Após 2010, o valor voltou a crescer, acompanhando basicamente o desempenho na quantidade produzida. Desde 2006, o crescimento foi de 72,64%.

O desempenho agregado do agronegócio nas culturas consideradas indica que aparentemente o dinamismo e a eficiência dos produtores têm sido recompensados com o crescimento da renda, o que resulta no aumento da atratividade do setor para novos entrantes e investimentos. Os produtores parecem aptos a responder aos estímulos dos mercados externo e interno. A seguir, são apresentadas algumas possíveis explicações para os resultados obtidos desde 2006.

No mercado externo, o poder de compra dos consumidores diminuiu nos países afetados diretamente pela crise, o que reduziu a demanda a partir de 2008. Por outro lado, observou-se uma redução na oferta de produtos agrícolas por problemas climáticos em grandes produtores. Com isso, a demanda externa para os produtos brasileiros tem se mantido em taxas de crescimento moderadas,

mas constantes, no período considerado.

No mercado interno, a taxa de crescimento da demanda tem se mantido aquecida, apesar do fraco desempenho agregado da economia brasileira desde 2011. A demanda crescente seria explicada pelas baixas taxas de desemprego e pela manutenção dos níveis de renda das famílias, decorrente da política de reajustes do salário mínimo e dos ganhos salariais com a falta de trabalhadores qualificados.

Para atender às demandas externa e interna, os produtores têm contado com algumas condições favoráveis em termos de oferta de crédito e câmbio. No caso do crédito, durante o período foram mantidas as linhas gerais da política agrícola, expressa de forma concreta nos planos de safra anuais, com as diretrizes e volumes de recursos financeiros disponíveis para as diversas modalidades de financiamento. A tendência observada no período tem sido a manutenção ou crescimento dos recursos com taxas de juros controladas, além das estratégias de fomento de nichos, como a agricultura familiar, a agricultura de baixo carbono e a agricultura orgânica, que contam com programas específicos. A estabilidade das políticas tem favorecido o investimento nas propriedades relacionado ao aumento da produção.

Com relação ao câmbio, a coordenação entre as políticas de juros (redução na taxa SELIC) e gestão das transações correntes com mercados internacionais gerou um processo de desvalorização do real em relação ao dólar. Com isso, ocorreu melhoria nos preços pagos aos produtores envolvidos em cadeias exportadoras. Aparentemente, os aumentos de custos com a aquisição de insumos importados decorrentes da desvalorização cambial foram absorvidos pelos produtores em condições favoráveis, tendo em vista o aumento observado na produção e a continuidade das exportações.

Após a avaliação dos dados agregados atuais e nos últimos sete anos, passamos a considerar como esse desempenho se apresenta por cultura. A análise envolve dois aspectos: o primeiro é a distribuição do VBP de março entre as culturas e o segundo é a variação percentual do valor de cada cultura em relação ao ano anterior.

A distribuição do VBP atual por cultura apresenta-se bastante concentrada. Do total de R$ 270 bilhões, a soja é responsável por R$ 82,87 bilhões (30,6%), a cana-de-açúcar responde por R$ 47,7 bilhões (17,6%) e o milho apresenta o valor de R$ 12,8 bilhões (13,7%). Assim, cerca de 60% do valor total é obtido com apenas três culturas. Neste grupo, podemos destacar o milho, que apresentou um crescimento expressivo de participação, visto que em 2006 respondia por 10,8%. A expansão do milho nos últimos anos tem sido direcionada para a exportação, em razão das quebras de safra ocorridas nos EUA por problemas climáticos.

Um segundo grupo de culturas com participações intermediárias no total de VBP é formado por laranja (6,42%), café (5,55%), banana (3,63%), feijão (3,29%), tomate (3,21%), algodão (2,92%) e arroz (2,92%). As estruturas de mercado são bastante distintas entre esses produtos. Nos casos da laranja e do algodão, a produção é realizada em unidades de grande porte, mas com baixo poder de barganha com os processadores industriais, além da influência das cotações internacionais no mercado interno.

Nas demais culturas desse grupo, (banana, feijão, tomate e arroz), a maior parte da produção é conduzida em fazendas de pequeno e médio porte e comercializada in natura em muitos canais sem muitas oportunidades de valorização do produto para o consumidor final. O caso do café é distinto, visto que integra cadeias produtivas mais complexas, incluindo a torrefação e comercialização em canais diversificados para exportação e mercado doméstico, formatados pela qualidade da bebida e com algumas condições para a diferenciação por preço.

O terceiro grupo é formado por culturas com baixa participação no VBP total, formado por: fumo (2,36%), mandioca (2,24%), uva

(1,40%), trigo (1,26%), batata inglesa (1,23%) e maçã (1,00%). Nestes casos a produção também é conduzida em pequenas propriedades, e para o fumo e trigo, os produtores apresentam baixo poder de barganha para os processadores industriais, além da pressão das importações para o trigo. Os demais também são produzidos em pequenas propriedades, mas comercializados in natura em grande variedade de canais. O principal fator para a baixa participação desse grupo é a baixa quantidade produzida.

Outro aspecto relevante em relação ao VBP das culturas é a variação percentual em relação ao ano anterior. De acordo com as estimativas da AGE para março, a maior parte dos produtos analisados deve apresentar elevação de valores. Podemos destacar as culturas de arroz, com alta de 7,5%; banana, 6,5%; batata-inglesa, 28,5%; cana-de-açúcar, 9,5%; feijão, 17%; fumo, 14,4%; laranja, 24,4%; mandioca, 1,3%; milho, 12,8%; soja, 21,8%; tomate, 42,7%; e trigo, 8,6%.

Como as maiores variações percentuais são observadas em produtos com baixa participação no total do VBP, como o tomate e a batata inglesa, esses dados não representam grandes mudanças na rentabilidade do agronegócio. Por outro lado, para a soja e o milho, que representam parcelas relevantes do total, os acréscimos de 22% e 12%, respectivamente, representam um impacto expressivo para os produtores e na economia das regiões produtoras, que apresentam grande sobreposição. Trata-se de uma situação favorável para a capitalização dos agricultores e a garantia de continuidade da atividade na próxima safra.

Os dados regionais mostram como a diversidade da agricultura pode trazer maior estabilidade da renda nas diversas regiões. Os valores da produção para a maioria dos Estados são superiores aos do ano passado. Isso se deve ao bom desempenho de culturas como milho, soja e feijão, além de laranja, banana, batata inglesa e fumo. A recuperação da cana-de-açúcar também teve efeitos favoráveis, especialmente em São Paulo. O VBP na região Sul deve crescer 27,2%, enquanto no Nordeste a projeção é de 16%. Observa-se também uma elevação no Sudeste (13%), no Centro Oeste (4%) e no Norte (1,7%).

O quadro geral mostrado com as estimativas do VBP parece favorável com relação à rentabilidade e atratividade do setor, mas não indica mudanças significativas na distribuição entre culturas. Aparentemente ainda existe um grande espaço de melhoria na coordenação em diversas cadeias produtivas passíveis de valorização dos produtos por meio de processamentos industriais e canais especializados. Este movimento seria saudável para desconcentrar a renda entre as culturas, o que reduz o risco agregado do setor e poderia promover um crescimento do valor total do VBP.

Cabe aos agentes públicos apoiar esse movimento, e aos participantes buscar novas formas de organização das cadeias produtivas, que poderiam envolver mudanças na integração vertical ou a elaboração de arranjos contratuais inovadores, como forma de permitir a valorização do produto e acréscimo nos preços pagos ao produtor, desde que ele atenda aos atributos desejados nas etapas seguintes da cadeia produtiva. Por ora, o valor gerado no agronegócio brasileiro segue concentrado nas mesmas culturas principais das últimas décadas, apresentando contribuição relevante para a economia brasileira, mas ainda abaixo do potencial existente de dinamização de diversas regiões produtoras mais diversificadas, com impactos sociais de maior alcance.

(*) Pesquisador no Centro de Conhecimento em Agronegócios (PENSA) da USP e professor na FATEC - São Paulo. (E-mail: aclimano@gmail.com).

Emprego e Salários: Mercado de Trabalho – Redução do Desemprego, Porém...

Vera Martins da Silva (*)

O mercado de trabalho encontra-se em um momento particularmente feliz para os trabalhadores, com queda da desocupação, como pode ser observado na Tabela e Gráfico 1, que apresentam dados divulgados pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE). Na Tabela 1, são apresentados os dados de pessoas de 10 anos ou mais, ou seja, aqueles que fazem parte da População em Idade Ativa (PIA), desocupadas, em números absolutos para o total das seis regiões pesquisadas (Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre), destacando-se as Regiões Metropolitanas (RM) do Rio de Janeiro e de São Paulo, assim como a taxa de desocupação total das regiões em análise.

Em termos absolutos, o número de pessoas que procuraram emprego nos 30 dias anteriores à pesquisa foi de 1.356.000, sendo cerca de metade desse contingente localizado na Região Metropolitana de São Paulo e outros 20% na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, o que corresponde a 70% dos desempregados nas seis regiões. Em relação à abrangência da pesquisa, deve-se notar que não se trata do universo da população em idade ativa, deixando de incluir a população residente em áreas rurais, assim como os pequenos e médios municípios, mas dá conta dos principais centros urbanos no País.

A taxa de desocupação em fevereiro ficou em 5,6%, o que representou ligeira elevação em relação aos meses anteriores; no entanto, ao se analisar uma série mais longa, aqui representada pelo Gráfico 1, no período de janeiro de 2003 a fevereiro de 2013, há uma tendência declinante da taxa de desocupação, aproximadamente uma redução do desemprego pela metade, apesar de ter ocorrido uma grave crise na economia internacional a partir de 2008 e um crescimento modesto na economia brasileira nos últimos anos. O Gráfico 2 mostra a evolução da taxa de desocupação a partir de janeiro de 2003 a fevereiro de 2013, adicionando-se a taxa de desocupação na RM de São Paulo e Rio de Janeiro, indicando que a taxa total reflete sobretudo a dinâmica da RM de São Paulo, efetivamente o maior mercado de trabalho nacional.

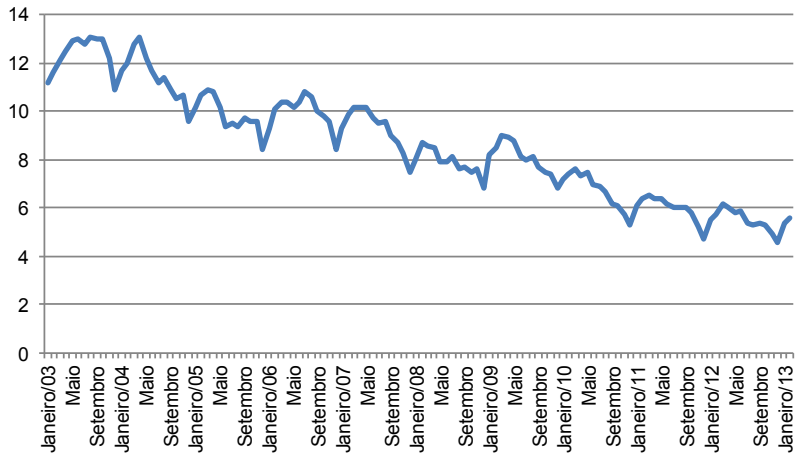
Ao se analisar os dados relativos à taxa de desocupação, é preciso ter em mente que diversos fatores atuam sobre esse indicador. Há mudanças na estrutura etária, especialmente o envelhecimento da população, que aumenta o número de pessoas que saem do mercado de trabalho. Além disso, a ampliação da escolarização e das políticas contra o trabalho infantil e de redução da miséria também atuam para reduzir a demanda por trabalho. Por outro lado, o expressivo crescimento do setor de serviços e a complexidade do mundo atual e o consumismo estimulam as pessoas a procurar ocupações remuneradas no País.

Tabela 1 - Pessoas de 10 Anos ou Mais de Idade, Desocupadas (1.000)

	Total	RM Rio de Janeiro	RM São Paulo	Taxa desocupação total %
Janeiro/11	1 423	287	594	**6,1**
Fevereiro	1 508	275	658	**6,4**
Março	1 538	277	699	**6,5**
Abril	1 537	266	719	**6,4**
Maio	1 522	301	679	**6,4**
Junho	1 476	295	666	**6,2**
Julho	1 444	277	653	**6,0**
Agosto	1 440	288	639	**6,0**
Setembro	1 451	327	615	**6,0**
Outubro	1 385	331	570	**5,8**
Novembro	1 252	320	498	**5,2**
Dezembro	1 133	280	468	**4,7**
Janeiro/12	1 313	319	546	**5,5**
Fevereiro	1 378	325	614	**5,7**
Março	1 500	340	657	**6,2**
Abril	1 462	323	658	**6,0**
Maio	1 414	298	632	**5,8**
Junho	1 421	297	668	**5,9**
Julho	1 299	287	585	**5,4**
Agosto	1 287	272	593	**5,3**
Setembro	1 326	256	669	**5,4**
Outubro	1 314	268	605	**5,3**
Novembro	1 208	239	566	**4,9**
Dezembro	1 136	232	541	**4,6**
Janeiro/13	1 331	250	667	**5,4**
Fevereiro	1 356	263	674	**5,6**

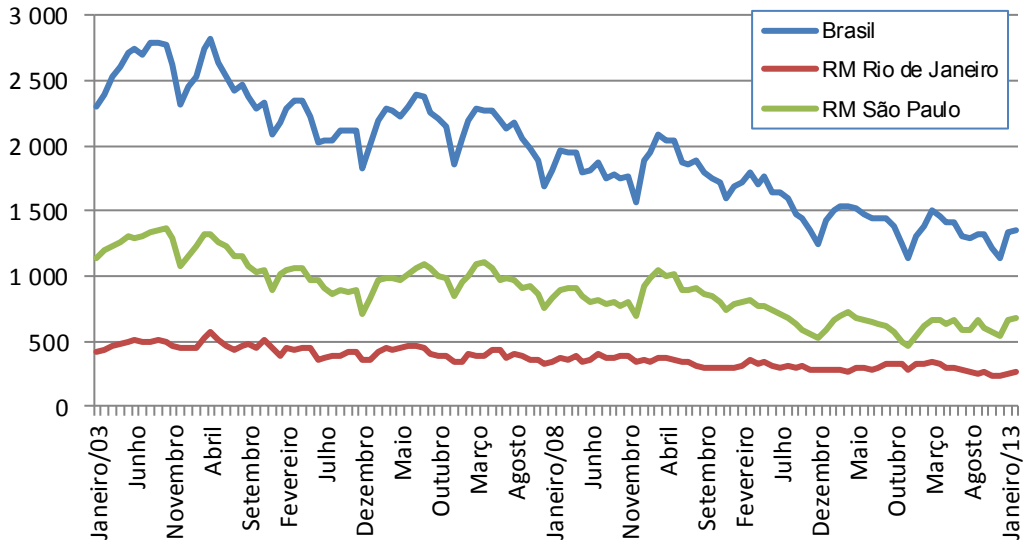
Fonte: FIBGE, PME, acesso em 08/04/2013.

Gráfico 1 - Taxa de Desocupação nas Seis Regiões Pesquisadas



Fonte: FIBGE.

Gráfico 2 – Pessoas Desocupadas com 10 Anos ou Mais - Jan 2003/Fev 2013



Fonte: FIBGE.

Os dados sobre os meses mais recentes indicam queda no número absoluto da População Economicamente Ativa, soma da População Ocupada (PO) mais a população em busca de trabalho (PDO) nos últimos 30 dias e aumento da População Não Economicamente Ativa (PNEA) (ver Tabela 2). A população não economicamente ativa (PNEA) é um contingente relativamente grande e que cresceu nos últimos três meses, alcançando 18,2 milhões de pessoas em fevereiro de 2013.

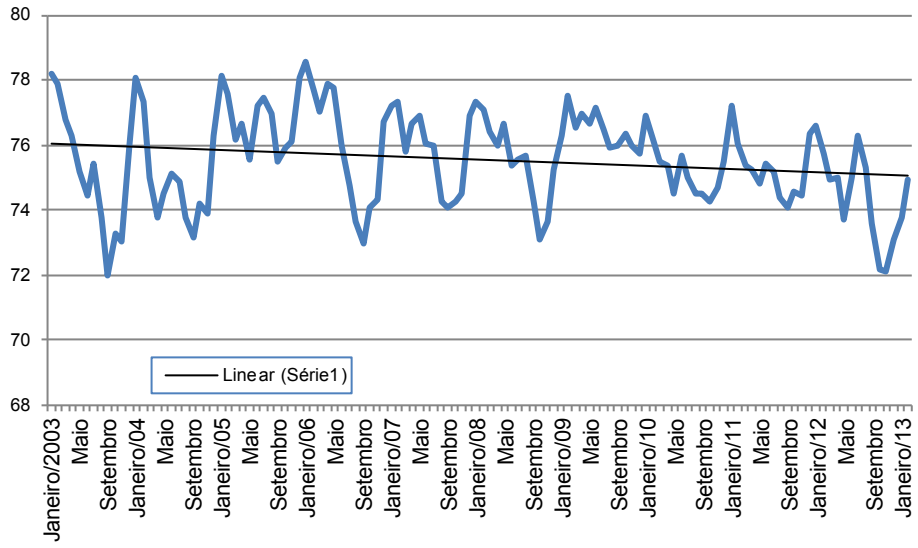
Ao se analisar o horizonte de uma década, contudo, a taxa de inatividade, que é a relação entre População Não Economicamente Ativa/ População em Idade Ativa, a média em 2002 era de 44,7%, em 2012 foi em média 42,7% e em fevereiro de 2013 42,8%, mostrando uma década de redução da inatividade e inclusão no mercado de trabalho, com estabilização no período final. O Gráfico 3 ilustra a tendência ao declínio da Taxa de Inatividade, entre janeiro de 2002 e fevereiro de 2013.

Tabela 2 – Alguns Números da População Estimada para as Seis RM (1.000)

	PIA	PEA	PNEA	PO	PDO
Dezembro	42 530	24 572	17 957	23 437	1 136
Janeiro/13	42 525	24 475	18 050	23 144	1 331
Fevereiro	42 562	24 330	18 232	22 974	1 356

PIA = Pessoas de 10 anos ou mais de idade, **PO** população ocupada, **PDO** = população desocupada.
PEA = Pessoal Economicamente Ativo = população ocupada (PO) mais pessoal desocupado(PDO).

Gráfico 3 - Taxa de Inatividade: PNEA/PIA %



Quando se verificam os dados de modo desagregado, algumas questões interessantes surgem. A Tabela 3 mostra a taxa de desocupação segundo o gênero e por faixa etária. Em termos de gênero, a taxa de desocupação feminina foi 53% superior à masculina entre janeiro de 2012 e fevereiro de 2013, o que sugere dificuldade maior para mulheres conseguirem uma vaga no mercado de trabalho. Além disso, olhando-se os dados relativos à taxa de desocupação por faixa etária, é gritante a alta taxa de desocupação entre os jovens de 16 a 24 anos: apenas em fevereiro de 2013, a taxa de desocupação nessa faixa foi de 14,2%, muito acima da taxa média de 5,6% e o triplo da faixa de 25 a 49 anos. Portanto, indo além dos dados médios das regiões pesquisadas, pode-se ver "bolsões de desemprego", o que indica que a noção de que a economia brasileira teria alcançado o "pleno emprego" é muito otimista, pois ainda há vários grupos com dificuldade para obter emprego, especialmente entre os jovens. Além disso, sabendo-se que há grande evasão do ensino médio e desinteresse pelo ensino superior, além da existência de mercados dinâmicos de atividades ilegais, a questão do desemprego entre jovens é de fato preocupante para o bem-estar da sociedade.

Segundo a Pesquisa Mensal do Emprego da FIBGE, o rendimento médio das pessoas em janeiro de 2013 foi de R$ 1.843,00. Apesar da conhecida deficiência dos valores médios na presença de grandes variações, usaremos estes dados médios para uma breve descrição dos rendimentos das pessoas. A Tabela 4 apresenta o rendimento médio real estimado entre janeiro de 2012 e janeiro de 2013, destacando-se as estimativas para o setor privado e setor público, o percentual de pessoas que recebem menos que o salário mínimo, o rendimento médio real dos que trabalham com carteira assinada e sem carteira.[1]

Tabela 3 – Taxa de Desocupação nas Seis Regiões Pesquisadas

	Total	Masculina	Feminina	16 a 24 anos	25 a 49 anos	50 anos ou mais
Janeiro/12	5,5	4,3	6,9	13,1	4,6	2,0
Fevereiro	5,7	4,6	7,1	14,3	4,8	1,9
Março	6,2	5,0	7,7	15,4	5,1	2,0
Abril	6,0	4,6	7,7	14,7	5,0	2,0
Maio	5,8	4,5	7,3	13,9	4,9	1,9
Junho	5,9	4,8	7,1	13,9	4,8	2,2
Julho	5,4	4,4	6,6	12,8	4,5	2,3
Agosto	5,3	4,2	6,7	12,8	4,5	2,0
Setembro	5,4	4,3	6,7	13,0	4,4	2,1
Outubro	5,3	4,1	6,7	13,0	4,3	2,0
Novembro	4,9	4,0	5,9	11,4	4,3	1,7
Dezembro	4,6	3,9	5,4	11,4	3,8	1,9
Janeiro/13	5,4	4,5	6,5	13,4	4,5	2,0
Fevereiro	5,6	4,8	6,4	14,2	4,6	2,0

Fonte: FIBGE, PME, acesso em 08/04/2013.
Obs: Total das Regiões Metropolitanas: Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre.

Nesse período em análise (jan/2012-jan/2013), o rendimento médio do setor público foi de R$ 2.998,00, cerca de 80% superior ao do setor privado, média de R$ 1.668,00, o que explica a atração de grande número de pessoas para os concursos públicos, assim como a possibilidade de uma seleção relativamente eficiente, em temos de conhecimentos dos candidatos. Já no setor privado, os dados revelam que, em média, os rendimentos dos trabalhadores com carteira foi de R$ 1.743,00, superior em 33% aos trabalhadores sem carteira assinada, de R$ 1.308,00. É no setor privado também que se encontram os menores rendimentos, com cerca de 15% de pessoas ocupadas recebendo menos do que o salário mínimo.[2] Apesar de ser um percentual ainda acentuado de baixos salários, o fato é que o rendimento médio real tem sido crescente ao longo da década, como pode ser visto no Gráfico 4.

Outra fonte de dados sobre o mercado de trabalho é o sistema CAGED do Ministério do Trabalho e Emprego, que fornece dados administrativos sobre admissões e demissões, abrangendo o universo dos vínculos formais no País. A Tabela 5 apresenta os dados para o mês de fevereiro de 2013 e o acumulado em 12 meses. O que se destaca é efetivamente o crescimento dos vínculos empregatícios, em especial no setor de serviços: em fevereiro ocorreu aumento de 82 mil e no acumulado de 12 meses houve aumento de 582 mil vínculos nos serviços. Adicionando-se o setor de comércio, no acumulado de 12 meses tem-se 82% dos vínculos criados, denotando que o dinamismo no mercado de trabalho tem sua maior expressão no setor terciário da economia, fenômeno totalmente coerente com os dados das Contas Nacionais. Na outra ponta, a agropecuária foi o setor que mais eliminou vínculos empregatícios, 24 mil a menos ao longo de 12 meses encerrados em fevereiro, o que também é um espelho dos valores agregados das Contas Nacionais, que indicam o desempenho sofrível desse ramo de atividade em 2012.

As vagas criadas apresentam, contudo, baixos salários, praticamente todos eles na faixa entre 0,5 e 1,5 salários mínimos, enquanto nas faixas salariais acima de 2 salários mínimos tem ocorrido redução nos vínculos empregatícios. Em que pese o aumento real do salário mínimo empurrar para baixo um maior número de pessoas na base da pirâmide salarial, verifica-se então um crescimento do emprego com baixos salários, o que não se pode chamar de um bom modelo de crescimento.

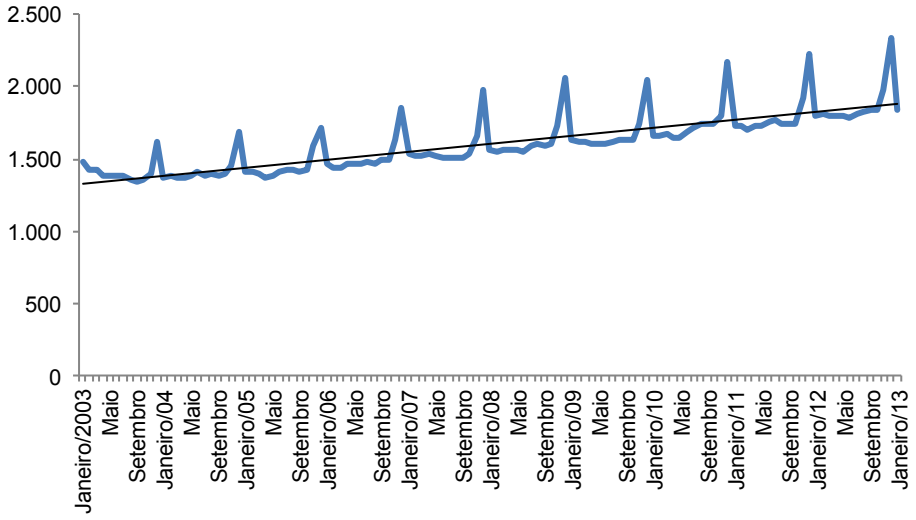
Tabela 4 - Rendimento Médio das Regiões Pesquisadas e Percentual de Pessoas Recebendo Menos do que o Salário Mínimo

	Rendimento Médio Real R$	Rendimento Médio Real - Setor Privado R$	Rendimento Médio Real - Setor Público R$	Rend. Médio Setor Público/ Setor Privado	PMMIN/ PO %	Rendimento Médio Real - Setor Privado Com Carteira R$	Rendimento Médio Real - Setor Privado Sem Carteira R$	Rend Médio Setor Privado Com Carteira/sem Carteira
Janeiro/12	1.796	1.604	2.883	1,80	17,8	1.675	1.255	1,33
Fevereiro	1.810	1.610	2.916	1,81	15,9	1.669	1.335	1,25
Março	1.802	1.582	2.905	1,84	15,0	1.643	1.298	1,27
Abril	1.792	1.573	2.858	1,82	14,9	1.637	1.269	1,29
Maio	1.799	1.588	2.868	1,81	14,8	1.660	1.262	1,31
Junho	1.783	1.598	2.804	1,75	14,8	1.664	1.284	1,30
Julho	1.818	1.626	2.867	1,76	14,4	1.688	1.332	1,27
Agosto	1.826	1.623	2.853	1,76	14,0	1.694	1.283	1,32
Setembro	1.832	1.614	2.854	1,77	13,8	1.685	1.274	1,32
Outubro	1.846	1.614	2.939	1,82	13,7	1.687	1.275	1,32
Novembro	1.983	1.808	3.209	1,78	13,4	1.900	1.366	1,39
Dezembro	2.342	2.210	4.056	1,83	12,9	2.360	1.453	1,62
Janeiro/13	1.843	1.633	2.969	1,82	16,9	1.696	1.319	1,29
Fevereiro	nd	nd	nd	-	15,8	nd	nd	-
Média	1.867	1.668	2.998	1,80	15	1.743	1.308	1,33

Fonte: *site* da FIBGE, acesso em 08/04/2013.

Obs: valores atualizados pelo INPC.

Gráfico 4 – Rendimento Médio Real – R$



Fonte: INPC- FIBGE.

Tabela 5 - Evolução do Emprego por Setor de Atividade Econômica no Brasil – Fev 2013

SETORES	FEVEREIRO/2013				EM 12 MESES			
	TOTAL ADMIS.	TOTAL DESLIG.	SALDO	VARIAC. EMPR %	TOTAL ADMIS.	TOTAL DESLIG.	SALDO	VARIAC. EMPR %
EXTRATIVA MINERAL	4.328	4.163	165	0,07	61.539	52.648	8.891	4,12
INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	347.633	314.167	33.466	0,41	3.953.650	3.854.260	99.390	1,21
SERV INDUST DE UTIL PÚBLICA	9.307	9.364	-57	-0,01	112.613	99.888	12.725	3,42
CONSTRUÇÃO CIVIL	218.832	203.196	15.636	0,50	2.844.973	2.735.649	109.324	3,58
COMÉRCIO	390.496	400.910	-10.414	-0,12	5.153.539	4.818.933	334.606	3,92
SERVIÇOS	695.633	613.572	82.061	0,51	8.166.882	7.585.222	581.660	3,70
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	19.700	7.336	12.364	1,42	110.895	117.645	-6.750	-0,76
AGROPECUÁRIA	88.482	98.257	-9.775	-0,62	1.264.550	1.288.056	-23.506	-1,48
TOTAL	1.774.411	1.650.965	123.446	0,31	21.668.641	20.552.301	1.116.340	2,89

Fonte: MTE- Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – Lei 4923/65.

1 Os dados apresentados pela FIBGE são atualizados pelo INPC.

2 O percentual diz respeito ao número de pessoas ocupadas com rendimento mensal por horas habituais em todos os trabalhos inferior ao salário mínimo/40 horas.

(*) Economista e doutora em Teoria Econômica pelo IPE-USP. (E-mail: veramartins2702@gmail.com).

temas de economia aplicada

Novas Regras de Partilha do FPE: Uma Reflexão

Fabiana Rocha (*)

No dia 10 deste mês o Senado aprovou o substitutivo do senador Walter Pinheiro (PT-BA) que trata das novas regras de partilha do Fundo de Participação dos Estados (FPE), que agora deve seguir para avaliação da Câmara dos Deputados.

O Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE), previsto no artigo 159 da Constituição, é formado por 21,5% da arrecadação pela União dos impostos sobre a renda e proventos de qualquer natureza (IR) e sobre produtos industrializados (IPI). O Fundo tem como objetivo principal redistribuir a arrecadação tributária a favor dos Estados menos desenvolvidos em termos econômicos e sociais. O rateio dos recursos se dá através de coeficientes fixos para cada Estado, de tal forma que 85% dos recursos sejam destinados às regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte e 15% às regiões Sudeste e Sul.

A partir de 1992, novos critérios deveriam ser definidos com base nos resultados do censo demográfico de 1990, o que não ocorreu.

Em 24 de fevereiro de 2010, o Supremo Tribunal Federal declarou a inconstitucionalidade, sem a pronúncia da nulidade, mantendo sua vigência até 31 de dezembro de 2012 com o argumento de que os coeficientes fixos não promovem o equilíbrio socioeconômico entre os Estados como o estabelecido pela Constituição.

O Congresso precisava aprovar novos critérios de rateio até o final de 2012, mas somente agora começa a caminhar mais nesta direção. A proposta do senador Walter Pinheiro mantém os coeficientes atuais de distribuição dos recursos até 2015. Em 2016 e 2017 serão mantidos os valores recebidos em 2015 corrigidos pela variação do IPCA e 50% da variação real do produto interno bruto. O excedente será distribuído de acordo com a população (50%) e a renda domiciliar *per capita* (50%). A proposta ainda impõe limites aos fatores a serem aplicados ao excedente de forma a evitar grandes diferenças entre

os percentuais a serem recebidos. Com relação à população existe um teto de 0,07, ou seja, Estados cuja população representa mais de 7% da população total do País terão seu fator representativo limitado. É estabelecido, além disso, um piso de 1%, ou seja, Estados com população reduzida terão garantido pelo menos um fator equivalente a 0,01. Os Estados que tiverem renda domiciliar *per capita* superior ao equivalente a 71% da renda média nacional também terão um desconto em seu coeficiente final.

Uma das principais preocupações agora é que o STF julgue a proposta inconstitucional, uma vez que foi mantida como regra de transição até 2017 a inicialmente considerada inconstitucional em 2010.

Este parece ser, no entanto, o menor dos problemas. O principal foi a perda da oportunidade de discutir de forma mais séria o pacto federativo no Brasil e promover mudanças que levassem a um redesenho mais permanente.

Primeiro deveria ter ficado claro que a busca de reequilíbrio socioeconômico de que trata a Constituição deve ser entendida como uma redução nas desigualdades das receitas *per capita* dos Estados. O FPE deve procurar reduzir a diferença da capacidade fiscal dos Estados menos desenvolvidos em relação à média do País, de tal forma que estes sejam capazes de oferecer mais serviços públicos e com mais qualidade.

Transferências desta natureza são conhecidas como transferências de equalização e são utilizadas pela maioria dos países. A grande dificuldade é como traduzir este princípio na prática, ou seja, como desenhar uma regra que equilibre a capacidade dos governos subnacionais para fornecer os bens e serviços sob sua responsabilidade levando em conta qualidade, quantidade e a relação custo-efetividade. Diferentes países adotam diferentes opções de acordo com as disponibilidades de recursos financeiros e humanos e de dados estatísticos.

O sistema mais complexo de equalização com base na capacidade de geração de receita é o do Canadá. As transferências são baseadas no tamanho das bases tributárias ao invés das receitas efetivas de tal forma a induzir os governos das províncias a tomar decisões ótimas na margem, ou seja, elas igualam o benefício marginal de um gasto ao custo marginal total. Dadas as dificuldades envolvidas, outros países usam variáveis macroeconômicas mais facilmente disponíveis, como o PIB regional ou a renda pessoal, como indicadores das capacidades de geração de receitas.

Na Austrália, as transferências não são baseadas somente nas receitas potenciais, mas também em alguma medida da necessidade ou dos gastos requeridos para fornecer níveis similares de serviços.

Por fim, a África do Sul utiliza um sistema que é inteiramente baseado em indicadores de necessidades de gastos.

Infelizmente não estão presentes no Brasil as condições para a implementação de modelos de equalização mais complexos. Primeiro, a principal fonte de receita própria dos Estados (o ICMS) apresenta grandes diferenças entre os Estados tanto em termos de estrutura das alíquotas quanto de definição de base. Com isso, fica muito difícil estimar um sistema representativo de impostos estaduais como é feito no modelo canadense e, portanto, calcular o potencial aumento das receitas (a capacidade de arrecadação tributária) de cada Estado. Além disso, os métodos econométricos para estimar o potencial de receita (análises de regressão ou de fronteira estocástica) são igualmente limitados pela falta de dados padronizados confiáveis sobre as bases tributárias estaduais. Finalmente, não existe informação completa e confiável sobre a estrutura de custos das principais categorias de gastos públicos estaduais, um requisito fundamental para se calcular as necessidades de gastos com um nível médio de eficiência.

Ainda assim, se nesses dois anos tivesse ocorrido uma discussão mais profunda – possíveis alternativas para a redistribuição, vantagens de

cada uma delas e limites práticos para sua implementação – teria sido muito útil.

Foram várias as propostas apresentadas ao Congresso. Obviamente, estas foram guiadas mais pelo componente prático e político do que pelo técnico. Não poderia ter sido diferente. Como o montante a ser distribuído pelo FPE está definido previamente (21,5% da arrecadação de IPI e IR), o aumento da participação de um Estado resulta necessariamente em perda na participação relativa dos demais.

Foram ainda apresentadas várias propostas técnicas. Entre elas, podem ser citadas três.

A primeira (Transferências intergovernamentais: Fundo de Participação dos Estados – FPE) foi elaborada por oito especialistas provenientes de secretarias estaduais de fazenda, orientados pelo economista Nelson Leitão Paes e realizada pela Esaf (Escola Superior de Administração Fazendária). É baseada também em parâmetros, em que os recursos deveriam ser distribuídos segundo a taxa de analfabetismo (20%), a mortalidade infantil (20%), a população pobre (20%), o PIB *per capita* (17,5%), a receita tributária *per capita* (17,5%) e a área (5%). O critério regional implica destinação de 85% dos recursos para as regiões Nordeste, Norte, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e 15% para as regiões Sudeste e Sul e para o Distrito Federal. Finalmente, o novo modelo deveria ser adotado aos poucos, garantindo que a receita do FPE de cada Estado em 2012 fosse mantida em termos reais, de tal forma que nenhum Estado perdesse receita. As novas regras seriam aplicadas somente aos recursos excedentes.

A segunda (Pesos regionais na função de bem-estar social: uma aplicação para o Fundo de Participação dos Estados (FPE)) foi formulada pelos pesquisadores Roberta de Silva Vieira e Leonardo M. Monastério, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). A distribuição dos recursos se daria de acordo com os pesos de cada Estado na função de bem-estar brasileira, calculada com os microdados da PNAD de 2009. Quando o método da renda equivalente igualmente distribuída é utilizado e o coeficiente de aversão à desigualdade é igual a 3, os pesos regionais variam de 0,21 em Santa Catarina (com renda alta e desigualdade baixa) a 3,72 em Alagoas (com renda baixa e desigualdade alta).

Finalmente, a terceira (Reforma do Fundo de Participação dos Estados (FPE)) preparada pela economista Teresa Ter-Minassian, do Banco Interamericano de Desenvolvimento, é a única que procura avançar na apresentação de um modelo equalizador, buscando atenuar as diferenças entre as capacidades fiscais dos Estados, definidas como as receitas líquidas reais antes do recebimento de recursos do Fundo. A proposta final combina dois critérios: 1) equalização das receitas públicas básicas *per capita* com máxima redistribuição (com participação de 2/3): os Estados com receitas inferiores a R$1.147,00 em 2009 receberiam transferências até que suas receitas atingissem esse valor, enquanto os Estados com receitas superiores a R$1.147,00 não receberiam nada; 2) equalização das receitas públicas básicas *per capita* para um valor de referência igual a 105% da receita do Distrito Federal (com participação de 1/3): todos os Estados receberiam transferências proporcionais à diferença entre o valor de referência e a sua receita.

O segundo ponto que deveria ter sido considerado de forma mais cuidadosa é a discussão simultânea de outras mudanças no sistema federativo. Uma reforma abrangente e simultânea promoveria maior consistência da proposta e facilitaria as inevitáveis compensações para garantir a viabilidade política.

Fato é que uma reforma mais ampla do sistema de transferências já foi considerada como descartada desde o início da discussão. Assim, todas as opções para a reforma da fórmula de distribuição do FPE procuraram focalizar somente o FPE.

Entretanto, outras reformas podem ocorrer e de forma independente das mudanças no FPE, o que

torna fundamental que a nova fórmula tenha flexibilidade suficiente para adaptar-se a outras reformas que devem ocorrer no futuro.

A definição dos critérios de distribuição dos royalties (e dos valores que eles atingirão com a exploração do pré-sal) e a realização de uma eventual reforma tributária irão afetar substancialmente a capacidade fiscal dos Estados. Assim, uma partilha do FPE que pareça justa antes das outras mudanças ocorrerem pode se revelar injusta depois de tais mudanças.

A questão com certeza é polêmica (tanto a definição de critérios como sua inserção num contexto de reforma mais ampla), mas não há dúvida de que o encaminhamento da mesma não gerou muita luz. Assim, no dia da votação todos os líderes partidários simplesmente liberaram suas bancadas para votarem as emendas a partir dos interesses de seus próprios Estados. O senador Jayme Campos (DEM-MT) resumiu bem o que ocorreu nesses dois anos: "Infelizmente chegamos neste imbróglio. Vemos várias projeções, tem papel pra tudo quanto é lado, tabelas e mais tabelas, mas, na verdade, ninguém está entendendo nada".

Resta agora saber o que acontecerá, mas aparentemente foi perdida mais uma oportunidade de discutir de forma séria uma reformulação no pacto federativo que há muito precisa ser feita.

(*) Professora Titular da FEA-USP.
(E-mail: frocha@usp.br).

O Desenvolvimento Econômico dos SEANICS – Parte 1: Da Colonização ao Estado Desenvolvimentista[1]

Cristina Fróes de Borja Reis (*)

Nesta série de artigos será realizada uma análise crítica do desenvolvimento econômico da Indonésia, Malásia e Tailândia – conhecidos como SEANICs (segunda geração dos novos países industrializados do sudeste asiático).[2] Estes países, conforme se demonstrou em dois artigos anteriores deste Boletim, eram inicialmente especializados em recursos naturais (RN) e promoveram diversificação produtiva e exportadora entre 1980 e 2010. Apesar das dificuldades de estudar o passado recente, a análise põe em prática a abordagem teórica apresentada anteriormente também nesse periódico,[3] investigando o processo de formação e funcionamento das estruturas produtiva e institucional dos países a partir de um método crítico e histórico-estrutural, desde a perspectiva da demanda.

Esta tarefa será cumprida em quatro artigos; neste primeiro, realiza-se uma introdução sobre o desenvolvimento econômico desses países em duas seções. A primeira apresenta o panorama geral das características geográficas, demográficas, políticas e econômicas dos países – da colonização até a formação dos Estados desenvolvimentistas. A seção seguinte situa os SEANICs nas relações internacionais de poder e riqueza, comentando a evolução da divisão internacional do trabalho. Descreve-se o quadro geral da inserção dos SEANICs nessa divisão internacional do trabalho, evidenciando a transformação do comércio externo e alguns indicadores do grau de desenvolvimento alcançado.

1 Da colonização ao Estado Desenvolvimentista

A Indonésia, a Malásia e a Tailândia pertencem ao sudeste asiático e possuem territórios fragmentados, de tamanhos médio a grande (a Malásia é o 67º maior país do mundo, Tailândia o 51º e Indonésia o 15º). Todos são populosos: a Malásia em 2011 ocupava o 43º lugar no ranking internacional – com 29 milhões de habitantes, a Tailândia o 20º – com 67 milhões de habitantes, e a Indonésia o 4º – com 250 milhões (constituindo também a maior nação de religião muçulmana).[4]

A geografia é uma semelhança evidente que incorreu em importantes similaridades na economia política desses países. O conjunto de penínsulas e arquipélagos, com planícies costeiras e montanhas no interior, e sob o risco de terremotos, vulcanismo e tsunamis, é disputado há séculos por diversos povos. As incursões indianas e chinesas deixaram marcas do hinduísmo, do budismo e mais tarde do sufismo (corrente mística e contemplativa do islão). Do final da Idade Moderna em diante, o sudeste asiático foi integrado aos circuitos internacionais de comércio, tanto asiático quanto europeu-asiático – notadamente através das Companhias das Índias Orientais Britânica e Holandesa. O interesse na região não era apenas por conta das fontes de matérias-primas e alimentos de clima tropical úmido, ou por serem mercados para venda de bens, mas por se localizarem entre a passagem marítima do Oceano Índico para o Pacífico, constituindo-se em pontos estratégicos para bases navais e militares ou entrepostos da rota comercial entre a Índia, a China e a Oceania (destacando-se, inicialmente, o comércio de ópio, especiarias e tecidos).

Apesar de fortemente comandadas pelas elites locais, as estruturas estabelecidas pelos colonizadores foram em geral centralizadas e bu-

rocráticas, tendo contribuído para o processo inicial de urbanização, industrialização e construção de infraestrutura. Segundo University of Cambridge (1992), no começo do século XX, o Estado já era capaz de atingir a vida de todos os habitantes até certo grau e com uma continuidade raramente testemunhada antes. Aquela estrutura política esteve sempre atrelada às hierarquias religiosas de cada país, que apesar de não serem unânimes, foram assim preponderantes: budismo na Tailândia, islamismo na Indonésia e na Malásia.

Em 1914, o Reino Unido dominava Índia, Bangladesh, Mianmar (anterior Birmânia), Burma, a península Malaia – incluindo Singapura –, e o norte da Ilha de Bornéu. A Holanda deteve a atual Indonésia, mas seu poder estava bastante enfraquecido perante o inglês. A França dominava a Indochina – atuais Camboja, Laos e Vietnã. Os EUA dominavam as Filipinas, que antes pertenceram aos espanhóis. O Sião, Tailândia atual, unificou-se no século XIV, tendo sido uma monarquia absolutista independente até que uma revolução interna instaurasse a monarquia constitucional, sob autoridade militar, em 1932. Essa configuração política perdurou até a invasão japonesa em 1941.

Após a expulsão dos japoneses, houve uma segunda e breve dominação colonial do sudeste asiático, marcada pela Conferência de Potsdam em julho de 1945, seguindo a maioria das fronteiras coloniais preexistentes.[5] Concordou-se que os EUA retomariam a tutela sobre as Filipinas, da qual foi aceita a independência logo em 1946, conforme prometido durante a guerra. E também tutelariam o Japão, a Coreia e dariam apoio ao governo chinês – que, por sua vez, obteve a tutela do Vietnã do Norte. A Tailândia não foi punida por ter apoiado o Eixo durante a Segunda Guerra porque os EUA intervieram e estabeleceram uma aliança bilateral, firmando o Tratado Anglo-Tailandês. A Indonésia, apesar de ter se declarado independente, voltou ao domínio holandês. À Grã-Bretanha coube a tutela sobre a Indochina do sul e o SEAC (Comando do Sudeste Asiático). Formado em 1943, incluía Índia, Burma, Malaia, Ceilão e Sumatra. Vale notar que a península Malaia adquiriu maior importância econômica no contexto asiático após o fim do império britânico na Índia (1948), tornando-se, então, a principal fornecedora de borracha e estanho para a Inglaterra. (UNIVERSITY OF CAMBRIDGE, 1992, p. 586).

Àquela altura, os países do sudeste asiático vivenciavam os piores níveis econômicos do século, principalmente os mais arrasados pela guerra (Filipinas e Indonésia). Reorganizações institucionais acompanharam a reestruturação da produção, inclusive por meio de reformas agrárias, transformando também as relações de poder entre grupos sociais. Não tardou para movimentos nacionalistas, fortalecidos pelas grandes potências durante a resistência à invasão japonesa, reivindicarem a independência. O acordo final de transferência de soberania da Indonésia foi assinado pela Holanda em novembro de 1948, tornando-a uma República independente. A frágil democracia inicial se reverteria em regime militar após o golpe do general Sukarno em 1959, prosseguido por outro golpe do general Suharto em 1967. Suharto inaugurou seu governo com a bandeira de uma nova ordem política e econômica, permanecendo como chefe de Estado até 1999. Em 1948, os domínios ingleses na península Malaia, à exceção de Singapura, uniram-se em uma federação que se tornou independente em 1953, sob um regime de monarquia constitucional. A Malásia atual se formou em 1963, com a presença de Singapura (até 1965), Sabah e Sarawak – na costa norte de Bornéu (maior ilha do território da Indonésia).[6] O governo do primeiro-ministro Mahathir Bin Mohamad durou quase todo o período estudado (1981-2003) e foi responsável pela Nova Ordem, o plano político econômico que promoveu as transformações mais profundas da economia do país. Na Tailândia, continuava a ditadura militar (ainda que com interregnos instáveis) apoiada pelos EUA, principalmente durante as gestões dos primeiros ministros Thanon Kittikachorn e Sarit Thanarat nos anos 70. Durante o governo do Prem Tinsulanonda, nos anos 80,

foram estabelecidas as bases para o fim da ditadura militar em 1988, quando eleito o primeiro-ministro Chatichai Choonhavan.

Assim, do ponto de vista político, os SEANICs no início dos anos 80 eram Estados militares, altamente centralizados e com viés nacionalista, ainda que sob severa influência dos EUA, principalmente. Do ponto de vista econômico, um compromisso crucial dos Estados Nacionais que então se fortaleciam era encontrar soluções para as complexas tarefas de industrialização tardia, particularmente a dependência ao capital externo. A especialização exportadora em RN garantia a entrada de divisas até certo grau, aliviando o problema da restrição externa, que é particularmente grave nas nações em desenvolvimento. Nesse caso, a responsabilidade desses Estados era outra, qual seja, evitar o bloqueio da mudança estrutural que a especialização em RN eventualmente impunha (MEDEIROS, 2012). Genericamente, os SEANICs atravessaram três processos econômicos, praticamente simultâneos, a partir das décadas de 50 e 60. O primeiro, de reabilitação e reconstrução das economias primário-exportadoras remanescentes dos regimes coloniais, baseadas em madeira, petróleo (exceto Tailândia), borracha, estanho, gás natural, óleos vegetais e arroz (principalmente a Tailândia). O segundo processo foi a industrialização por substituição de importações (ISI) e implantação de infraestrutura. O terceiro, a partir da segunda metade nos anos 60, tratou-se da industrialização orientada para as exportações (IOE) (UNIVERSITY OF CAMBRIDGE, 1992).

O desenvolvimentismo[7] emergiu como uma ideologia e uma estratégia de acumulação predominantemente coordenada pelos Estados Nacionais, cujas diferentes trajetórias e vias de implementação dependeram da base de RN do país, da distribuição de renda, do tamanho da economia e de sua inserção geopolítica (MEDEIROS, 2012). Os Estados da Indonésia, Malásia e Tailândia se fixaram como grupos de interesse com vida própria, crescendo em resposta aos seus próprios desmandos, aos interesses que sustentavam sua base política e também para própria sobrevivência política no contexto do pós-guerra (e da Guerra Fria). A escassez de grupos privados fortes e coesos contribuiu para a formação de Estados Desenvolvimentistas (EDs) centralizados, que procuraram coordenar e induzir investimentos privados através do planos de desenvolvimento – apoiados em medidas de atração de investimentos diretos, políticas de crédito, subsídios, compras nos setores estratégicos etc. Na Indonésia, o Repelita I (Primeiro Plano quinquenal de Desenvolvimento)[8] em 1969; na Malásia, a Nova Política Econômica[9] (também primeiro plano) em 1970; em 1972, o 3º Plano Quinquenal da Tailândia (UNIVERSITY OF CAMBRIDGE, 1992, p. 474).

Os regimes econômicos até os anos 80 tiveram um viés híbrido, nacionalistas em alguns pontos e internacionalizados em outros, apoiados em uma tecnocracia munida de poder e ferramentas capazes de realizar as metas de governo (com diferentes graus de eficácia entre os três países e entre os setores de atividade econômica). Suas estratégias desenvolvimentistas centraram-se na promoção da grande empresa, atentando-se para os processos de globalização produtiva e seus efeitos de deslocamento, ainda que com temporalidades diferentes (antecipadamente na Malásia e tardiamente na Indonésia).[10] Em todos, houve uma nítida preponderância dos imigrantes chineses nos negócios, que tiveram papel importante nos processos de diversificação produtiva desses países (UNIVERSITY OF CAMBRIDGE, 1992; JOMO, 1998).

Do ponto de vista geopolítico, os EDs emergiram também como resposta aos conflitos na região,[11] consolidando Estados militares minimamente desenvolvidos economicamente e centralizados politicamente para não serem engolfados pelos oponentes dos EUA na Guerra Fria. A própria ASEAN, de 1967, foi formada com base em um princípio defensivo, amplamente apoiada pelos EUA. Os norte-americanos eram os principais interventores na região.[12] Como a ASEAN

ainda não tinha capacidade política e econômica para se fortalecer enquanto bloco, os seus integrantes estabeleceram acordos bilaterais com os EUA para implantação de bases militares (em geral, do tipo concessão) – principalmente a Tailândia, por ser fronteiriça com o Laos e o Vietnã.[13] Após o final da Guerra do Vietnã, em 1975, e aproveitando-se do enfraquecimento do poder americano, o Japão fomentou o regionalismo asiático, aprofundando a sua inserção na ASEAN para ter acesso a matérias-primas em condições mais favoráveis, para expandir o mercado de sua indústria de alto valor agregado e para a internacionalização de suas empresas em um contexto de custos crescentes domésticos e do *boom* dos preços do petróleo. Os investimentos externos e a realocação dos processos produtivos das empresas multinacionais japonesas, dos NICs de primeira geração e americanas consolidaram a estratégia de IOE dos SEANICs e possibilitaram até mesmo o fortalecimento da ASEAN – que se tornou o bloco regional mais forte do Terceiro Mundo, ainda que sob "custódia" das grandes potências.

A transformação da estrutura produtiva nos últimos 30 anos e as instituições relacionadas a esse processo são o tema da seção a seguir e dos próximos artigos da série. Cabe adiantar que nos três países o modelo econômico era semelhante, inicialmente especializado em RN (arroz, madeira, estanho, petróleo), mas que progressivamente se diversificou para a indústria manufatureira (eletrônicos, têxtil, vestuário e alimentos). Atualmente, o perfil de produção é similar entre os países, com cerca de 13% do valor agregado proveniente da agropecuária, 37% da indústria e 50% dos serviços (CIA, 2012); porém, o nível intraindustrial guarda diferenças importantes. A parcela da força de trabalho rural ainda é de cerca de 40% em todos os países exceto a Malásia, o que explica os baixos níveis de urbanização na Tailândia (34%) e Indonésia (40%). E o percentual vivendo abaixo da linha de pobreza melhorou muito em todos os países até 2010, principalmente na Malásia e na Tailândia, mas ainda chegando a 12,5% na Indonésia.

2 Integração Produtiva da ASEAN: o Lugar dos SEANICs

Enquanto colônias ou domínios informais, os SEANICs sempre ocuparam um lugar coadjuvante nas relações internacionais, tanto do ponto de vista geopolítico quanto de negócios. No primeiro campo, os três países historicamente foram disputados pelas grandes potências por causa da posição estratégica dos territórios, na rota entre a China e o Japão e o Ocidente, conectando também os domínios britânicos da Oceania. Embora relevantes estrategicamente, nenhum dos três países era tão importante para o centro quanto alguns vizinhos da região: Singapura, para a Grã-Bretanha, ou as Filipinas, para os EUA. Na ocasião da Guerra do Vietnã, no entanto, a Tailândia se mostrou apoio valioso para a os EUA. A partir de então, Bangkok se tornou sede de diversas empresas multinacionais americanas e europeias na região, tendo também importante papel na articulação da ASEAN (Associação de Nações do Sudeste Asiático) desde sua formação em 1967. A Indonésia se enquadrou no tabuleiro internacional da geopolítica do petróleo, atuando também ao lado dos EUA. A Malásia exerceu historicamente o papel de zona tampão de Singapura, seguindo bem de perto os movimentos de poder e de riqueza daquele território.

Já do ponto de vista dos negócios, os SEANICs se inseriram na divisão internacional do trabalho como exportadores de matérias-primas e alimentos, o que continuou, e até mesmo se intensificou, nos últimos 30 anos. Mas também, após os anos 70, passaram a ser importantes na cadeia produtiva progressivamente "desverticalizada" dos conglomerados industriais, notadamente os japoneses. A partir do Acordo de Plaza, em 1985, os SEANICs receberam maiores aportes de investimentos japoneses e dos NICs, não somente pelas políticas internas de atração de capitais, mas principalmente pelos fatores exógenos – destacando-se as estratégias de internacionalização de empresas multinacionais na região,

a recuperação da liquidez de capital na segunda metade da década e a valorização das moedas dos países avançados, Coreia e Japão. Além disso, em meados dos anos 80, terminava a relação preferencial de investimentos entre EUA e Japão (estabelecida no pós-guerra) e começava a ascensão chinesa com sua gradual transformação para uma economia de mercado. Para Medeiros (1997), os SEANICs passaram a desempenhar uma função dupla em termos de negócios: exportar manufaturas para a OCDE e tornar-se mercado para exportações e investimentos japoneses.

Essa visão para o deslocamento de etapas da produção do grande capital japonês para os países do ASEAN é mais abrangente do que a explicação usual que somente considera o aumento dos custos relativos internos do Japão e dos tigres (WORLD BANK, 1993). Mais complexo do que isso, instaurava-se uma nova dinâmica financeira na região, em que centros financeiros e comerciais como Hong-Kong, Singapura e Formosa seguiam estratégias agressivas de investimento na China e sudeste asiático, facilitadas pela expansão das Zonas Econômicas Especiais naquele país e em todo o ASEAN. Os SEANICs estavam à margem do núcleo dessa dinâmica, mas foram incorporados ao *cluster* regional de investimento e de comércio intraindústria e intrafirma. O objetivo das empresas que lideravam esse movimento, sobretudo japonesas e coreanas, era gerar economias de escala e de especialização no setor manufatureiro. Para tanto, beneficiaram-se de um contexto marcado por expansão macroeconômica regional combinando investimentos, comércio interindustrial e penetração nos grandes mercados da OCDE (MEDEIROS, 1997).

O regionalismo asiático que se afirmava caracterizava-se pela intensa pressão dos EUA para uma maior abertura comercial e liberalização financeira principalmente no Japão, Coreia e em Formosa – que acabaram concretizando transformações nos seus padrões de financiamento. Contudo, Medeiros (1997) ressalta que a política macroeconômica incorrida no final da década de 80, com baixas taxas de juros e moedas relativamente valorizadas, resultou menos na ampliação dos mercados financeiros asiáticos para os bancos americanos e mais numa internacionalização dos bancos e dos investimentos asiáticos. Segundo sua interpretação, a desaceleração do comércio internacional a partir de 1985 entre o Japão/ NICs e os países da OCDE foi paralela à elevação do comércio intrarregional no ASEAN. A China e os SEANICs, mais as Filipinas, sobretudo a partir de 1990, assinalaram grande crescimento nas trocas com os países da OCDE. Este movimento corresponde ao deslocamento do IDE para a Ásia e a um padrão de desenvolvimento similar ao dos gansos voadores[14] revisitado por Medeiros (1997).

Nesta formulação, mais geral, a hipótese básica é a de que as manufaturas com menor intensidade tecnológica têm sido reproduzidas sequencialmente em países com menor grau de industrialização aproveitando espaços anteriormente ocupados pelos países mais desenvolvidos. A dinâmica deste movimento envolve três elementos: um ganso líder – que realiza a substituição de exportações avançando para novos setores com maiores taxas de crescimento nos mercados mundiais e com maiores efeitos expansivos sobre a economia e as pressões do balanço de pagamentos; maior protecionismo nos mercados consumidores (EUA); gansos retardatários – que passam a ocupar espaços abertos pelo ganso líder em grandes mercados consumidores, utilizando as técnicas produtivas do líder. Então, os SEANICs têm sido gansos retardatários, que já evoluíram dos estágios iniciais de exportação e cuja dinâmica exportadora está totalmente associada à integração produtiva e comercial do ASEAN.

Em números, Indonésia, Malásia e Tailândia registraram altas taxas de crescimento entre 1980 e 2010, de 5,4% a 6,0% ao ano em média. O PIB *per capita* evoluiu a um ritmo mais lento, entre 3,5% e 4,3%, porque a população aumentou bastante no período (de 7,3% a 13,1%).

Tabela 1 - Taxas de Crescimento PIB (% US$), PIB Per capita (% US$) e População (%), SEANICs, 1980-2010

	1981_1985	1986_1990	1991_1995	1996_2000	2001_2005	2006_2010	1981_2010
PIB							
Indonésia	5,7	7,1	7,9	1,0	4,7	5,7	5,4
Malásia	5,2	6,9	9,5	5,0	4,8	4,5	6,0
Tailândia	5,4	10,3	8,6	0,6	5,1	3,6	5,6
PIB *per capita*							
Indonésia	3,4	5,2	6,2	-0,4	3,4	4,6	3,7
Malásia	2,4	3,9	6,7	2,5	2,5	2,8	3,5
Tailândia	3,4	8,4	7,7	-0,5	4,0	2,9	4,3
População							
Indonésia	12,1	10,7	9,0	7,6	6,8	6,1	8,7
Malásia	12,9	14,8	14,9	13,4	12,5	10,3	13,1
Tailândia	11,1	10,0	7,0	4,8	6,0	4,8	7,3

Fonte: Elaborado pela autora a partir de World Bank (2011).

No mesmo período, a indústria da transformação dos SEANICs cresceu mais de dez pontos percentuais, tomando espaço do setor primário e confirmando a indústria como principal setor do valor agregado total, chegando a 47% na Indonésia e Malásia, e 44% na Tailândia, consolidando-se como exemplos efetivos de mudança estrutural. Nas exportações, houve nos três países uma expressiva recomposição da pauta a favor das manufaturas – que de 1980-1985 a 2005-2010 passaram de uma parcela de 7,3%, 24,2% e 30,8% na Indonésia, Malásia e Tailândia, respectivamente, para 40,9%, 67,2% e 75,3%. Na Indonésia, as manufaturas substituíram os combustíveis nas exportações, que retraíram de 75,4% para 28%. Na Malásia, as manufaturas aumentaram em substituição aos outros produtos. As reduções mais significativas foram de matérias-primas agrícolas (de 24% para 2%) e de combustíveis (de 29% para 15%). Na Tailândia, as manufaturas cresceram, substituindo a participação do setor de alimentos, que reduziram de 43% para 13%. Já no caso do emprego, como dito anteriormente, na Indonésia e na Tailândia o setor primário continuou empregando a maior parte da população, cerca de 40% em 2005-2010. Somente na Malásia o emprego desse setor se reduziu pela metade, registrando 14% em 2005-2010 – exibindo, assim, uma distribuição similar à dos países desenvolvidos.

Nota-se, ainda, que o crescimento da demanda internacional e dos preços das *commodities,* principalmente na segunda metade da década dos 2000, fez com que as manufaturas perdessem um pouco do espaço conquistado ante os RN. O valor agregado do setor primário entre 2006 e 2010 se elevou na Malásia e na Tailândia em comparação a 2000 e 2005 e as exportações de RN cresceram vis-à-vis as manufaturas na Indonésia e na Malásia, perdendo cerca de 10 p.p. Os ganhos dos setores de RN devem ter sido acompanhados de maior produtividade, já que o emprego no setor primário se reduziu nos três SEANICs. Mais além, o significativo crescimento da indústria de transformação desses países realmente elevou a participação dos mesmos nas exportações e no valor agregado da transformação industrial mundial; contudo, as parcelas dos RN dos SEANICS continuam superiores às da indústria da transformação (Tabela 2).

Tabela 2 – Participação dos SEANICs no valor agregado e nas exportações mundiais da indústria da transformação e de setores primários, 1980-2010

	1981_1985	1986_1990	1991_1995	1996_2000	2001_2005	2006_2010	1981_2010
Valor Agregado país/ valor agregado mundial – INDÚSTRIA DA TRANSFORMAÇÃO*							
Indonésia	ND	ND	ND	0,8%	0,8%	0,9%	0,8%
Malásia	ND	ND	ND	0,4%	0,5%	0,5%	0,5%
Tailândia	ND	ND	ND	0,7%	0,8%	0,9%	0,8%
Valor Agregado país/ valor agregado mundial – AGRICULTURA							
Indonésia	2,1%	2,1%	2,3%	2,4%	2,3%	2,4%	2,3%
Malásia	0,8%	0,8%	0,8%	0,7%	0,7%	0,8%	0,8%
Tailândia	0,9%	1,0%	1,0%	1,0%	1,0%	1,0%	1,0%
Exportação país/ exportações mundiais – MANUFATURAS							
Indonésia	0,1%	0,3%	0,6%	0,6%	0,6%	0,5%	0,4%
Malásia	0,3%	0,4%	1,0%	1,5%	1,5%	1,2%	1,0%
Tailândia	0,2%	0,3%	0,8%	1,0%	1,1%	1,2%	0,8%
Exportação país/ exportações mundiais – ALIMENTOS							
Indonésia	0,6%	0,8%	1,0%	1,2%	1,3%	1,7%	1,1%
Malásia	1,0%	1,1%	1,2%	1,5%	1,4%	1,6%	1,3%
Tailândia	1,6%	1,4%	2,2%	2,3%	2,1%	1,9%	1,9%
Exportação país/ exportações mundiais – COMBUSTÍVEIS							
Indonésia	7,0%	4,1%	3,6%	2,8%	2,3%	2,0%	3,6%
Malásia	1,5%	1,7%	1,7%	1,4%	1,5%	1,6%	1,6%
Tailândia	0,0%	0,0%	0,1%	0,2%	0,3%	0,5%	0,2%
Exportação país/ exportações mundiais – MINÉRIOS							
Indonésia	1,0%	1,1%	1,1%	1,6%	1,7%	2,0%	1,4%
Malásia	1,2%	0,7%	0,5%	0,6%	0,5%	0,5%	0,7%
Tailândia	0,7%	0,2%	0,2%	0,3%	0,4%	0,4%	0,4%
Exportação país/ exportações mundiais – MATÉRIAS-PRIMAS AGRÍCOLAS							
Indonésia	2,5%	1,8%	1,6%	2,1%	2,1%	3,1%	2,2%
Malásia	4,8%	4,2%	4,1%	2,8%	1,9%	2,0%	3,3%
Tailândia	0,9%	0,8%	1,5%	2,0%	2,4%	3,3%	1,8%

Fonte: Elaborado pela autora a partir de World Bank (2011).
Nota: * períodos contemplam anos diferentes: 1998/1999, 2000/2004, 2005/2008, 1998/2008.

É ponto pacífico que o extraordinário crescimento dos SEANICs tenha sido viabilizado através da industrialização. Controversos são os determinantes dessa mudança estrutural, entre os mais citados, as exportações de manufaturas (especialmente das multinacionais), o investimento direto estrangeiro (IDE), a substituição de importações, o investimento público das empresas estatais, as zonas especiais de exportação (ZEEs) etc.

Particularmente, boa parte da literatura debate se foram as medidas liberalizantes e "pró-mercado" as responsáveis pelo "milagre" do sudeste asiático (WORLD BANK, 1993; BALASSA, 1991) ou a ação do

Estado desenvolvimentista e de políticas industriais intervencionistas (WADE, 1990; AMSDEN, 2001). Especialmente após a crise do sudeste asiático em 1997, as análises dos dois lados preocuparam-se em mostrar os limites e as contradições do modelo de crescimento, frequentemente argumentando sobre a incompletude dos processos; a liberalização, no primeiro caso, ou a intervenção até o desenvolvimento da indústria de tecnologia e conhecimento de ponta, no outro.

A presente análise esquiva dessa linhagem dicotômica, até porque o caráter das medidas – liberalizantes ou protecionistas – não foi excludente. Da mesma forma, também é imprópria a distinção do modelo em estratégias de ISI e IOE, pois nos SEANICs houve as duas, simultaneamente na maior parte do período, ainda que em graus diferentes em cada país. A abordagem defendida tenta considerar os fatores estruturais e institucionais para compreender a trajetória desses países e seus aspectos exitosos e fracassados, conforme faremos na continuação desta série.

Referências

AKAMATSU, Kaname. *A historical pattern of economic growth in developing countries*. The Developing Economies, 1962. Preliminary issue.

AMSDEN, Alice H. *The Rise of "the Rest":* challenges to the West from late-industrializing economies. New York: Oxford University Press, 2001.

BALASSA, Bela. *Comparative advantage, trade policy and economic development.* New York: New York University Press, 1991.

CIA – Central Intelligence Agency. *The World Factbook:* Indonesia, Malaysia, Thailand. 2012. Disponível em:< https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/>

JOMO, Kwame Sundaran (Ed.). *Southeast Asian paper tigers? From miracle to debacle and beyond*. London: Routledge Curzon, 2003.

_____. *Technology competitiveness and state:* Malaysia's industrial technology policies. Hove: Psychology Press, 1999.

_____. Financial liberalization, crises, and Malaysian policy responses. *World Development,* v. 26, n. 8, p. 1563-1574, 1998.

MEDEIROS, Carlos. Globalização e inserção internacional diferenciada da Ásia e da América Latina. In: TAVARES, Maria da Conceição; FIORI, José Luís. (Org.). *Poder e dinheiro:* uma economia política da globalização. Petrópolis: Vozes, 1997.

_____. *Natural resources nationalism and development strategies.* In: ESHET 2012 CONFERENCE, St. Petersburg, 17-19 may, 2012.

RASIAH, Rajah. The export manufacturing experience of Indonesia, Malaysia and Thailand. In: JOMO, K.S. (Ed.). *Southeast Asian paper tigers?* London: Routledge, 2003.

REIS, Cristina F. B. Desenvolvimento econômico liderado por recursos naturais: uma discussão teórica e crítica – Parte 1 - Introdução. *Informações FIPE*, n. 377, fev. 2012.

UNIVERSITY OF CAMBRIDGE. *The Cambridge History of Southeast Asia*. TARLING, Nicholas (Ed.). Cambridge: Cambridge University Press, 1992. v. 1-2.

WADE, Robert. *Governing the market: economic theory and the role of the government in East Asian industrialization*. Princeton, N J: Princeton University Press, 1990.

WORLD BANK. *The East Asian Miracle: economic growth and public policy.* London: Oxford University Press, 1993.

_____. *WDI – World Development Indicators*, 2011. Disponível em: <http://data.worldbank.org/data-catalog/world-development-indicators>.

1 Este texto deriva da tese de doutorado da autora, com apoio do CNPq (bolsa de doutorado pleno no Brasil) e da CAPES (bolsa de doutorado-sanduíche em Cambridge, UK).

2 A sigla SEANIC abrevia *South-East Asian Newly Industrialized Countries*. Os países também são chamados de "minidragões" e fazem parte dos "gansos voadores" de Akamatsu (1962) (JOMO, 2003).

3 Vide série de artigos iniciada em Reis (2012).

4 Os números demográficos e geográficos fornecidos sobre cada país são os mais atuais possíveis, disponibilizados pelo *CIA factbook*.

5 O processo arbitrário de formação das fronteiras repercutiu em movimentos nacionalistas que até hoje se manifestam em todos os países dos SEANICs – destacando o movimento de libertação de Papua e as disputas de fronteira com o Timor Leste na Indonésia, as disputas em Bornéu (principalmente Sabah) na Malásia, e também na fronteira entre Tailândia/ Malásia e Tailândia/Camboja.

6 Mesmo após a independência, a Federação Malaia manteve uma relação muito próxima à Inglaterra, sendo zona tampão de proteção de Singapura – o território alvo do maior interesse britânico na região.

7 A constatação de Estados desenvolvimentistas, ou ainda, de políticas industriais nos SEANICs, não são um consenso. Os estudos sobre esses países discutem muito o quanto as políticas públicas foram a favor da autorregulação ou da intervenção. O World Bank

(1993) atribui o milagre econômico a instituições "pró-mercado", negando existência de política industrial na Indonésia e na Malásia, e negando que a da Tailândia foi a causa do processo: "Thus, the Miracle study claims that the Southeast Asian second-tier NICs have grown rapidly by relying on market forces and minimal, but appropriate and generally supportive interventions (e.g. in the areas of primary education and infrastructure provision) without, or even despite bad industrial policy, i.e. attempting selective policy interventions – involving trade, finance, technology and human resources – to promote particular industries (JOMO, 1999, p. 3).

8 No Repelita 1 (1969/1974), o Estado estimulou ISI de indústrias intensivas em trabalho e recursos naturais, de larga escala, estimulando principalmente os negócios dos indo-chineses. O Repelitta 2 (1974-1979) seguiu a mesma linha do primeiro plano, e ambos os planos estimulavam também exportações para gerar entrada de divisas (RASIAH, 2003).

9 A NEP (*New Economic Policy* ou DEB - *Dasar Ekonomi Baru*) foi um programa econômico e social transcorrido entre 1970 e 1990 que teve dois principais objetivos: erradicar a pobreza e reestruturar a economia para eliminar as correlações entre raça e atividade econômica.

10 Enquanto os SEANICs conquistavam suas independências e se reorganizavam enquanto economias primário-exportadoras, o Japão, a Coreia e os NICs (*Newly Industrialized Countries*) receberam os maiores aportes de investimentos produtivos e financeiros das grandes potências, alavancando sua economia anteriormente aos demais países da região.

11 Durante a Guerra Fria, o sudeste asiático foi uma das regiões com maiores conflitos entre as grandes potências no mundo – sendo palco de duas das principais guerras da segunda metade do século, a da Coreia e do Vietnã. EUA e Inglaterra mantiveram laços estreitos com seus ex-domínios e protetorados também para a contenção dos movimentos comunistas (sob a influência chinesa ou russa) – que foram mais significativos apenas no Vietnã, Laos e Kampuchea (atual Camboja) (UNIVERSITY OF CAMBRIDGE, 1992, p. 459).

12 O que foi substancializado desde a SEATO (*South-East Asia Treaty Organization*) através do Tratado de Defesa Coletiva do Sudeste Asiático, de 1954, incluindo Austrália, França, Nova Zelândia, Paquistão, Filipinas, Tailândia, Reino Unido e EUA.

13 A Tailândia foi a área principal de implantação de bases militares americanas, recebendo em troca mais de US$ 650 milhões de doações entre 1950 e 1975, US$ 1 bilhão em assistência militar regular (cerca de 60% do orçamento de defesa do país) e mais US$ 1 bilhão em custos operacionais militares, como transferência de equipamentos, subsídios para tropas tailandesas no Vietnã e de construção de bases (UNIVERSITY OF CAMBRIDGE, 1992, P. 479).

14 Termo original de Akamatsu (1962), em que "[a] formulação atual deste paradigma – como apresentada por Ozawa (1995) – supõe a existência de um desenvolvimento hierarquizado, mas concatenado entre países com distintos graus de desenvolvimento através de efeitos positivos e realimentadores do comércio e do investimento direto" (MEDEIROS, 1997, p. 29). O Japão deveria exercer a liderança, alimentando o desenvolvimento industrial dos outros países absorvendo as manufaturas mão de obra intensivas dos SEANICs e capital-intensivas dos NICs. Porém, na prática, o país não exerceu esse papel, tendo sido desempenhado por outros países da OCDE.

(*) Economista pela FEA-USP e doutora pelo Programa de Pós-graduação em Economia do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IE/ UFRJ). (E-mail: titireis@yahoo.com).

Delegando Ideais e Anseios Políticos

Iraci Del Nero Da Costa (*)

Creio haver processos psicológicos capazes de nos levar a encontrar personagens e/ou entidades sociais as quais podem passar a personificar ou a corporizar nossos mais íntimos e caros projetos formulados em qualquer um dos inumeráveis escaninhos correspondentes à vivência humana.

Em tal rol comparecem, evidentemente, todos os componentes da vida artística, religiosa, econômica, política e social em geral.

Destarte, terceiros, sejam eles pessoas ou organismos sociais, são passíveis de ser identificados como portadores "objetivos" de projetos ou ideais gestados no espaço mais recôndito, e portanto absolutamente subjetivo, de qualquer indivíduo. Enfim, segundo penso, a pessoa projeta seus desejos personalíssimos numa dada personagem que passa a personificar tais anseios e/ou os transfere para esta ou aquela organização, a qual passa a representá-los, aos olhos da pessoa em questão, como aspirações próprias dessa entidade subjetivamente selecionada.

No plano político o processo ora considerado pode acarretar resultados que se estendem do mero engano a consequências altamente deploráveis; vale dizer, de enganos restritos apenas à pessoa que os motivou a consequências nefastas capazes de espraiar-se por todo o corpo social. Infelizmente, no campo em tela esta última possibilidade é muito frequente, assumindo, algumas vezes, caráter inteiramente deletério. Tal eventualidade deve ser atribuída à ação de um grande número de "crentes" associados à figura malsã de determinado político ou ao poder derruidor de uma facção política pautada por interesses perversos e, portanto, antissociais.

Pessoalmente, enfrentei no campo político várias dessas experiências. Trago para este escrito dois exemplos por mim considerados dos mais confrangedores.

O primeiro faz-me retornar à juventude e diz respeito à minha adesão incondicional ao antigo Partido Comunista Brasileiro e aos comunistas soviéticos aos quais entreguei a concretização de meus ideais de justiça e de igualdade social. Quanto ao PCB, minhas críticas dirigiram-se, já em junho de 1964, aos seus dirigentes máximos os quais, a meu juízo, adotaram posturas errôneas tanto com respeito ao período que antecedeu a queda do governo João Goulart como nos momentos imediatamente posteriores ao golpe militar de 1964. De outra parte, naqueles idos dos anos 60 do século passado não me foi possível distinguir as limitações e as aberrações do socialismo real e das práticas levadas a efeito pelo partido comunista soviético que dominava a URSS e seus satélites. Destarte, apenas tardiamente me foi dado entender e passar a criticar, sempre de uma perspectiva inspirada nas ideias centrais de Marx e Hegel, os desvirtuamentos ideológicos, políticos e econômicos que marcaram sete décadas da história daqueles povos. Felizmente não vi fugirem meus ideais e continuo a almejar o estabelecimento, ainda que seja concretizado num futuro muito distante, de uma forma superior de sociabilidade humana.

O segundo exemplo prende-se à figura do sindicalista Luiz Inácio L. da Silva, em quem vi encarnada não só a luta do proletariado, mas o conjunto todo das reformas necessárias para elevar o Brasil a um patamar de justiça social digno e paradigmático. Emprestei a esse sagaz sindicalista a dimensão de um político ideologicamente com-

prometido com objetivos situados muito além da mera luta sindical limitada aos marcos do modo de produção capitalista. Só tardiamente, quando seu primeiro mandato presidencial alcançava mais de cem dias, percebi suas imensas precariedades políticas. Não só não trazia consigo o desejo de superação do capitalismo, mas se comportava de modo condenável e demonstrava pretender, apenas, ocupar o poder pelo poder, aparelhando o Estado com seus apaniguados e disposto aos mais reles acordos com forças políticas de qualquer cor ou estrato, inclusive as que havia condenado duramente no passado. Verifiquei, então, tratar-se apenas de um dirigente sindical, capaz, é verdade, de lutar pelos interesses de filiados a um sindicato, porém inteiramente inapto enquanto líder político ideologicamente preparado para implementar mudanças substantivas na situação econômica e política em que nos encontramos submersos de há tanto.

Só então, passadas essas e outras experiências, e vendo-as igualmente presentes, sob os mais variados matizes, em muitos amigos e amigas, conscientizei-me da existência do alienante processo psicológico apontado na abertura desta crônica, mecanismo este que atua no sentido de alonginquar ainda mais minha almejada sociedade igualitária.

(*) Professor Livre-docente aposentado da FEA-USP. (E-mail: idd@terra.com.br).

Liberdade, Mobilidade de Fatores e Economia Criativa na China: Contradições Contemporâneas

Julio Lucchesi Moraes (*)

1 Introdução

O recente (e falso) anúncio sobre a migração dos servidores do site *Pirate Bay* para a Coreia do Norte causou alvoroço no universo tecnológico internacional. Os constantes ataques que o grupo de compartilhamento vem recebendo de autoridades ocidentais teriam motivado a irônica proposta de instalar-se num país assumidamente fechado e não democrático.

A despeito do tom midiático do caso, a simples *possibilidade* da mudança de sede do grupo é um indicador de novas e importantes feições do universo cultural e econômico internacional. Impulsionado pelo advento da internet e de novas ferramentas financeiras e tecnológicas, o cenário atual é, mais do que nunca, de ampla mobilidade de fatores e de um fluxo sem precedente de dados e capitais.

Fronteiras nacionais ou polarizações ideológicas herdadas dos séculos passados parecem significar cada vez menos dentro das decisões de grandes grupos econômicos de atuação global. Obviamente, o caso mais interessante é o da China, segunda potência global e regime simultaneamente capitalista e socialista. É talvez no setor cultural que se concentram as maiores contradições do sistema. O presente texto, último da série sobre a Economia da Cultura chinesa, objetiva discutir precisamente tais questões.

2 Arte e Transgressão: O Legado Ocidental

Discutimos, nos artigos passados, o bom desempenho que o segmento cultural chinês vem atingindo, impulsionado tanto pela entrada de grupos estrangeiros como pela ação direta do Estado. Diversos analistas internacionais, contudo, veem com desconfiança esse crescimento. De acordo com essa crítica, o autoritarismo local seria uma fonte bloqueadora da criatividade e da espontaneidade, características essenciais à atividade artística. A arte em suas diversas manifestações é lida por esses autores como um campo social não apenas vinculado mas *definido* pela constante transgressão de seus agentes internos.[1] Podemos tomar, por exemplo, as discussões de Richard Florida – teórico amplamente citado pelos pesquisadores da Economia da Cultura – que afirmam que a *tolerância* seria a variável-chave para o desenvolvimento dos setores criativos de ponta.[2]

Se não resta dúvida sobre as valorosas contribuições tanto teóricas quanto práticas de tais pesquisas, faz-se fundamental posicioná-las dentro de uma linha histórica maior de reflexões sobre arte e cultura. Pode-se reconhecer, nesse sentido, uma acentuada (e implícita) posição *idealista* a respeito da figura do artista criador, herdada, em grande medida, de uma tradição romântica do século XIX.

Vimos, anteriormente, quanto da discussão sobre o universo artístico se baseia em concepções centradas nas noções de "gênio criador" e "autonomia da arte".[3] Ora, acontece que para além do universo restrito (e cada vez mais raro) de uma arte baseada no artista criador, registra-se no setor uma complexificação sem tamanho das cadeias e redes produtivas. Se isso é claro nos bens culturais mais industrializados, como o cinema e demais bens audiovisuais, não é menos verdadeiro para setores como das artes plásticas ou das artes performáticas. Criações colaborativas, intervenções de agentes interme-

diários, estratégias de *marketing* e distribuição e reapropriações coletivas são apenas algumas das muitas modalidades da produção que turvam a noção de um artista único e centrado.

Diga-se de passagem, não é de hoje que a compreensão do fenômeno artístico expande-se para além do núcleo estrito do gênio. Walter Benjamin, Theodor Adorno e os demais estudiosos da Escola de Frankfurt já se debruçavam, nos anos 1930 e 1940, sobre as determinações externas (tanto políticas quanto econômicas) no universo artístico e suas pressões sobre o artista e a emancipação artística.

De lá para cá pode-se questionar em que medida a situação se alterou. Cabe perguntar-se, outrossim, quanto do universo de criação artística do Ocidente de fato condiz com o propagandeado regime de liberdade artística, de expressividade e de espontaneidade. Precarização e instabilidade profissional, dependência de magras linhas de fomento público, oligopolização dos meios de comunicação e interferência cada vez maior de grupos capitalistas financiadores dos projetos são apenas alguns dos condicionantes que relativizam o louvado ambiente de liberdade de criação artística do Ocidente.

3 Economia da Cultura na China: Atualizando o Ferramental Crítico

Não se trata aqui, em absoluto, de uma crítica unilateral ao discurso de liberdade de expressão (artística ou não) do Ocidente. Mais maduro seria indicar que a discussão se inscreve num debate ampliado. Assim, por detrás das discussões sobre diferenças culturais entre o Ocidente e a China residem verdadeiras contradições, irresolúveis dentro do aparato teórico usual.

Como nos demais setores da economia local, abundam no segmento cultural denúncias de dirigismo, intromissões autoritárias e controle de informação. Seria ingênuo, nesse sentido, crer que o país fornece condições efetivas ao pleno desenvolvimento do ramo artístico. O controle e bloqueio do fluxo de informações internacionais pela internet, a censura a material produzido e vinculado e punições abusivas a dissidentes são certamente variáveis bloqueadoras, repudiadas pela opinião pública internacional.

O hiato cultural entre o Ocidente e a China, todavia, não impede que as principais globais do setor de arte e entretenimento sigam adentrando o país. Grupos de prestígios já mencionados nos artigos anteriores como a casa de leilão Sotheby's, a Disney e a Dreamwork não hesitaram em iniciar projetos econômicos no país. Mais sintomático ainda é saber que os reduzidos custos de produção do país vêm atraindo cada vez mais a vinda de grupos editoriais internacionais, interessados em lá imprimir seus livros (didáticos, infantis, *best-sellers* etc.).[4]

Tudo isso indica, portanto, que a China já figura como um grande ator do setor cultural no cenário internacional. A questão que surge agora é se o país despontará também como *produtor* de conteúdos ou se seguirá simplesmente em seu papel de novíssima "oficina do mundo", responsável apenas pelas etapas técnicas do processo criativo. A questão é bastante interessante e quebra um discurso acrítico sobre o setor criativo e suas potencialidades. Se a Economia Criativa desponta, de fato, como um novo setor central no contexto global, é preciso lê-la em chave crítica, compreendendo e incorporando suas contradições e suas divisões internacionais.

Referências

FLORIDA, Richard. *The rise of the creative-class* – revisited. Nova York: Basic Books, 2012.

HEINICH, Nathalie. *Le triple jeu de l'art contemporain*: sociologie des arts plastiques. Paris : Paradoxe, 1998.

MORAES, J. L. Economia da cultura e a dupla dimensão do conceito de autonomia da arte. *Informações FIPE*. São Paulo, p. 29- 31, out. 2010.

REHDER, Marcelo. Brasil já importa até livro didático. *O Estado de S. Paulo*. 19/02/2012. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,brasil-ja-importa-ate-livro-didatico-,837912,0.htm>. Acesso em: 09 abr. 2013.

1 Cf. Heinich (1998).

2 Florida (2012).

3 Moraes (2010, p. 29 -31).

4 Rehder (2012).

(*) Graduado em Ciências Econômicas pela FEA-USP, doutorando em História Econômica pela FFLCH-USP e pesquisador convidado da Universidade de Versailles Saint-Quentin-en-Yvelines com a pesquisa "Sociedades culturais, sociedades anônimas: aspectos econômicos dos espaços culturais no Rio de Janeiro e em São Paulo", com bolsa da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Participou, em junho de 2012, da Conferência Global da Regional Studies Association Sustaining Regional Futures, realizada em Pequim, com auxílio da FAPESP. (E-mail: julio.moraes@usp.br).